

SUBJETIVIDADE DOCENTE NA EXPANSÃO DA UFF:

CRIAÇÃO, REFRAÇÃO E ADOECIMENTO

<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1272>

*Eduardo Pinto e Silva*¹, *★*, *Deise Mancebo*^{II}

¹ Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil

^{II} Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Apresenta-se neste artigo pesquisa realizada sobre o trabalho docente na Universidade Federal Fluminense, no contexto de expansão da educação superior. Como procedimentos metodológicos, utilizaram-se: levantamento bibliográfico e documental, aplicação de questionários e realização de 28 entrevistas com professores de distintas áreas, campi e polos. Discutem-se tão somente os resultados da análise das entrevistas. Naquelas realizadas com “gestores” e “sindicalistas” detectou-se posições políticas polarizadas sobre as políticas educacionais, processo de expansão e interiorização e projetos societários subjacentes. Nas realizadas sob a metodologia de histórias de vida, constatou-se que os projetos de vida são mediados pelas trajetórias de trabalho, envolvem as dimensões da ética, da afetividade e da política e o entrelaçar biográfico e institucional. Diante do trabalho e práticas universitárias verificou-se limites nas formas criativas e singulares de se lidar com adversidades, adoecimento e mecanismos de refração que não redundavam em adoecimento evidente, mas que envolviam fortes conflitos senão cisões subjetivas.

Palavras-chave: trabalho docente; subjetividade; expansão da educação superior; REUNI; Universidade Federal Fluminense.

PROFESSOR'S SUBJECTIVITY IN THE EXPANSION OF UFF:

CREATION, REFRACTION AND ILLNESS

ABSTRACT

This paper presents a research on the professor's work at Universidade Federal Fluminense, in the context of higher education expansion. The methodological procedures adopted were the following: bibliographic and documentary research, application of questionnaires and conduction of 28 interviews with professors of different areas, campi and poles. The discussion focuses exclusively on the results of the analysis of interviews. In those carried out with “gestors” and “trade unionists”, polarized political positions about the educational policies, the process of expansion and interiorization and the underlying corporate

*Endereço para correspondência: Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Educação. Rodovia Washington Luís, km 235. 13565-905 - Sao Carlos, SP - Brasil - Caixa-postal: 676. E-mail: dups@ig.com.br, deise.mancebo@gmail.com

projects were detected. In those carried out under the life history methodology, it was verified that life projects are mediated by work trajectories, involving the dimensions of ethics, affectivity and politics, as well as the biographic and institutional intertwining. In the face of work and university practices, limits were observed in the creative and particular forms of dealing with adversities, illness and mechanisms of refraction that did not result in evident illness, but involved strong conflicts and even subjective splits.

Keywords: professor's work; subjectivity; expansion of higher education; REUNI; Universidade Federal Fluminense.

I - INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta resultados de pesquisa realizada sobre o trabalho docente na Universidade Federal Fluminense, no contexto de expansão e interiorização da educação superior. Com base em pesquisas anteriormente desenvolvidas (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009; SILVA JÚNIOR et al, 2011; MANCEBO; LEDA, 2009; MANCEBO, 2011), partiu-se do pressuposto de que está em curso um profundo processo de intensificação do trabalho do professor, particularmente evidenciado na pós-graduação.

Nesta investigação, partiu-se da hipótese de que a expansão da universidade pública, notadamente levada a cabo nos mandatos presidenciais do período já comumente designado como “lulismo”, principalmente, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), estaria sendo orientada, em larga medida, mas não sem contradições e contratendências, por uma racionalidade instrumental, conquanto de caráter utilitarista e pragmático, ainda que sob o discurso da democratização e inclusão, e que tem afetado diretamente o trabalho do professor.

Considerou-se, portanto, que as múltiplas demandas provindas da expansão da universidade pública brasileira (pós-graduação; graduação; extensão; educação a distância), com destaque para as das instituições federais de ensino (IFES), poderiam apresentar repercussões sobre o trabalho, subjetividade e saúde do professor, o que de fato se corroborou na sistematização e análise dos dados da pesquisa realizada.

Todavia, não obstante o pressuposto da intensificação do trabalho docente e da hipótese da racionalidade instrumental do processo de expansão da universidade pública (estatal, mas mercantilizada), verificou-se, além de uma série de impedimentos, algumas possibilidades e alternativas, ainda que circunscritas e limitadas, nas práticas universitárias, nos modelos vigentes de gestão e organização do trabalho e nas dinâmicas de reconhecimento. As contradições se expressaram em vivências de sofrimento e/ou prazer e processos de adesão e/ou estranhamento em relação ao trabalho (intensificado e sobreposto). Os sentidos e significados do trabalho do professor foram considerados levando-se em conta

seus aspectos objetivos e subjetivos e seus potenciais patogênicos e/ou sublimatários, tomando por pressuposto a indissociabilidade e irredutibilidade entre subjetividade, trabalho e sociabilidade.

II - METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa empírica foi realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), comportando o levantamento de dados sobre as características do processo de expansão nesta instituição, com destaque ao REUNI, e sobre o trabalho docente realizado neste contexto.

Preliminarmente, recorreu-se ao levantamento e leitura de artigos, capítulos de livro, dissertações, teses e documentos (oficiais, institucionais e sindicais) sobre a expansão e interiorização dessa universidade (Planos de Expansão I e II da UFF e REUNI), visando a obtenção de subsídios para a investigação dos cursos, que se planejava analisar, por intermédio de entrevistas semiestruturadas com docentes e docentes-gestores da UFF.

Nesta fase inicial da pesquisa, também foi possível a participação em Assembleias, mediadas pela Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (ADUFF), que ocorreram durante o movimento de greve dos professores (segundo semestre de 2012), o que foi bastante positivo, no sentido de ter permitido uma aproximação mais estreita com alguns docentes da instituição, assim como a identificação de suas insatisfações e reivindicações, e até mesmo de conflitos nas relações de trabalho e/ou de confrontos relacionados a diferentes posicionamentos políticos frente à greve.

As entrevistas foram realizadas em três etapas: na primeira, entrevistou-se 8 professores vinculados à Administração ou ao Sindicato da categoria; na segunda etapa, realizou-se 16 entrevistas sobre a história de vida e trajetória acadêmico-científica dos professores e, por fim, foram realizadas mais 4 entrevistas complementares, de objetivos específicos (sobre histórico e cultura da instituição e características da fase atual).

Em Rio das Ostras (Pólo Universitário de Rio das Ostras - PURO), realizou-se, a partir da sugestão de um dos entrevistados da segunda fase da pesquisa, um levantamento, por meio de um questionário, com perguntas abertas e fechadas sobre o perfil do docente daquele polo, que foi respondido tanto na forma impressa como *online*, por mais da metade dos professores. Procurou-se, por meio deste questionário, identificar variáveis correlacionadas do perfil docente, tais como as de gênero, titulação, tempo de trajetória acadêmica (pesquisa e docência), assim como mapear a visão do conjunto dos professores sobre as contradições, potencialidades e constrangimentos do processo de expansão e interiorização da UFF, mormente das condições objetivas de trabalho (ensino; extensão; pesquisa) que lhes eram específicas ou singulares. Assim, a elaboração, aplicação e análise dos dados deste questionário configuraram-se como relevantes complementos aos dados das entrevistas e demais informações até então coletados.

Foram realizadas, ainda, visitas e levantamento de dados junto à instância administrativa da universidade que é responsável pelos afastamentos e licenças de professores, de modo a identificar os diagnósticos prevalentes nos casos de problemas de saúde. Objetivava-se, por meio desta estratégia, obter dados sobre processos de saúde-doença que fossem para além dos relatados nas entrevistas ou nas situações e conversas informais vivenciadas no cotidiano institucional, particularmente as travadas no PURO. Foram consultados os livros de Licença Médica e de Junta Médica dos anos de 2000 e 2012, através dos quais se pôde detectar a prevalência de transtornos mentais e comportamentais, com destaque para os problemas depressivos, afetivos e de humor, nos casos de afastamento. Na impossibilidade de se apresentar os resultados e análises do rico conjunto de dados coletados nesta investigação, este texto restringirá sua abordagem à discussão das entrevistas realizadas nas duas primeiras etapas.

III - RESULTADOS ENCONTRADOS

III.1 - Análise das entrevistas da Fase 1: entre gestores e sindicalistas

Os oito professores entrevistados nesta etapa da investigação partiam de perspectivas distintas e pertenciam a posições diferentes no campo acadêmico e institucional. Vinculavam-se, notadamente, à Administração e às práticas gestoras da instituição, ou, direta ou indiretamente, ao Sindicato e práticas reivindicativas da categoria. Foram selecionados por serem interlocutores qualificados para fornecerem informações e dados sobre a expansão, interiorização e implantação do REUNI nas distintas áreas (Ciências da Vida; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Exatas, da Terra e Engenharia) e diferentes *campi* e polos da universidade, ou seja, tanto nos *campi* de Niterói (RJ) como nos dos municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro: polo de Rio das Ostras (PURO) e polo de Volta Redonda (PUVR).

A análise destas entrevistas evidenciou fortes tensões entre os dois grupos, demonstrando, empiricamente, a extrema relevância da discussão da questão da “pequena política”, conforme conceituada por Coutinho (2010). Para este autor, que toma como base Gramsci, a “pequena política” compreende as “questões particulares e cotidianas” que se apresentam “no interior de uma estrutura já estabelecida”, podendo ser caracterizada como uma “política de intrigas”, na qual se dá a “exclusão da grande política” (GRAMSCI, 1999-2003 apud COUTINHO, 2010, p.29). Evidentemente, o campo científico é um espaço de luta indissociavelmente epistemológico e político, que ocorre no interior de uma dada hierarquia, permeado por distintas posições ocupadas pelos agentes sociais em sua estrutura e que tem suas especificidades e legalidades próprias, como a análise das entrevistas bem demonstrou. Todavia, deve-se considerar que a autonomia do campo científico em relação a outros campos é relativa, pois, como analisado por Bourdieu (1983, 2004, 2008), todo campo específico (econômico, político, sindical etc), se caracteriza como um microcosmo só relativamente autônomo, sofrendo ingerências das lógicas de outros campos, podendo ser a eles mais ou menos refratários, conforme a força de suas especificidades.

A legalidade do argumento, da racionalidade científica, pautadas por corpos teórico-conceituais e metodológicos, faz do campo científico um campo ímpar, com capitais e *habitus* específicos; mas, na medida em que nele a racionalidade gerencial e a busca da otimização e da eficácia do campo empresarial, a busca pelo lucro do campo econômico e a lógica da disputa de poder nos processos decisórios do campo da política se fazem progressivamente presentes, suas especificidades perdem força, e o acadêmico fica relativamente à mercê de lógicas distintas daquela que deveria ser sua marca ou identidade principal. Tal é inevitável, ainda que o grau desta ingerência possa ser distinto conforme o contexto histórico, político e econômico.

Assim, mesmo considerando as especificidades, existem homologias entre os distintos campos, circularidade e interpenetração de suas lógicas, capitais e *habitus* peculiares. Desta forma, o discurso, ou, os discursos, quaisquer discursos que se queira considerar, não são puramente nada, não existe um discurso, por exemplo, puramente acadêmico. Ou, um discurso puramente técnico, imparcial, sendo que os que se arrogam a esta posição são, por isto mesmo, políticos, senão ideológicos.

Os discursos, deste modo, são sempre interessados. O sujeito, o documento, a instituição que os profere, ao fazê-lo, tem interesses, interesses que se relacionam ao campo como espaço de lutas e disputas, disputas de capitais diversos em circulação e reconversão, lutas por estratégias de legitimação dos discursos e do exercício do poder a eles atrelados, ou ainda, dos mecanismos de classificação que são objeto de lutas simbólicas e “às quais Bourdieu mostrou ser um registro essencial dos processos de dominação” (GAULEJAC, 2007, p. 97).

Os discursos dos gestores da Fase 1 da pesquisa não foram homogêneos. Os dos gestores do interior (dos polos), ainda que afinados ao discurso institucional, não se referiam à expansão de modo tão alvissareiro como se depreende do discurso dos documentos oficiais e nem tampouco podem ser equalizados aos gestores de alto escalão de Icaraiá, sede das pró-reitorias. Os gestores do interior apontavam e reconheciam problemas de planejamento e de infraestrutura dos polos e da expansão. Estavam neles imersos e não poderiam negá-los, nem lhes interessava fazê-lo, ao mesmo tempo em que não lhes interessava fugir do pacto que tinham com a visão da cúpula institucional. Os gestores da cúpula, no entanto, já apresentavam uma visão tendencialmente mais favorável e/ou amenizadora do que consideravam somente imperfeições de pequena monta da expansão/interiorização e do REUNI, isto é, as consideravam como passíveis de serem debeladas, sendo que a tarefa seria apenas aprimorar e melhorar o que estava em curso. Atrasos em obras e descompassos do desenvolvimento desigual dos polos do interior, e destes em relação a alguns processos em unidades da sede, eram interpretados como algo tão corriqueiro como a de um cidadão que vai construir sua casa e encontra alguns imprevistos de percurso, destituindo, ou sequer considerando, questões da política que pudessem ser relacionadas aos descompassos e diferenças.

No entanto, apesar das nuances, pode-se apontar que há, no discursos dos “gestores” e dos “sindicalistas”, o que Bobbio (2011) aponta como elementos paradigmáticos relacionados a razões e significados de uma distinção política entre,

grosso modo, direita e esquerda. De modo geral, e apesar das nuances, nas entrevistas de gestores de alto escalão e bem conformados ao discurso institucional, ou mesmo nas de gestores do interior, a expansão e interiorização da UFF gerava inclusão e, portanto democratização do acesso à educação superior. “Inclusão” e “democratização” eram apresentadas como um dado, e como um dado positivo, sem questionamento em relação a tal positividade. Só consideravam reprovável, quando muito, a quantidade, ainda insuficiente, de recursos, instalações e professores. Tratava-se tão somente de ampliar o que já se havia iniciado naquela fase de expansão, e de reparar imperfeições aqui ou acolá, levar mais a fundo a noção de “reestruturar”, e assim melhor “otimizar” os recursos que já se tinha, de modo a impulsionar a “vocalização” da instituição no sentido da sua interiorização e expansão.

Já os outros entrevistados, que por falta de termo mais preciso pode-se denominar de “sindicalistas” (embora não sejam necessariamente ocupantes ou ex-ocupantes de cargos na ADUFF) mencionavam que não bastava expandir, interiorizar e mesmo incluir camadas sociais antes excluídas da educação superior. Seus discursos eram permeados por descrições de toda uma trajetória de vida, de socialização, de construção identitária forçosamente comprometidas com ideais de transformação radical, não passíveis de serem satisfeitos com medidas paliativas ou só aparentemente democráticas. Assim, também se referiam à necessidade de “democratização” e “inclusão”, mas destacavam a importância de se ir além do aspecto quantitativo, avançando para uma forma qualitativamente distinta de expansão da educação superior, diferente, portanto, da reconfiguração da universidade no sentido de sua forja ao *ethos* gerencial. Além disto, para esses interlocutores, a expansão ocorria com precarização e intensificação do trabalho docente, um dos motes centrais do movimento grevista então em curso. Defendiam a expansão/interiorização, “mas não da forma como ela se dá”.

Em síntese, as entrevistas com “gestores” e “sindicalistas” revelaram posições políticas distintas e polarizadas. Os discursos foram distintos no que se refere às considerações sobre as políticas educacionais, sobre o contraditório processo de expansão e interiorização da UFF, remetendo, ainda, a distintas concepções de igualdade, liberdade, desigualdade e autoridade, democracia, inclusão e exclusão. Os entrevistados referiam-se, claramente, a projetos societários distintos, que, no jogo discursivo universitário, se desdobram em projetos universitários antagônicos ou de difícil consenso, conforme a racionalidade argumentativa do campo ao qual, predominantemente, pertenciam. Assim, os professores que atuavam na administração da universidade ressaltaram a positividade inclusivo-democrática do processo de expansão e interiorização, contrapondo-se aos “sindicalistas”, que, por sua vez, consideraram as práticas universitárias e organizacionais hegemônicas, sob distintos argumentos, como práticas instrumentais, utilitaristas, mercantilizadas e antidemocráticas.

Os dois grupos de professores, assim, apresentam diferentes ideais e valores, relacionados a posicionamentos políticos de razões e significados distintos. Ambos acalentam utopias sobre a universidade. O grupo mais afinado ao discurso institucional e ao imaginário enganoso de uma racionalidade instrumental – que tende a ser apresentada e representada como justa, pois meritocrática – defende

a universidade inovadora, sustentável, e, em termos mais amplos, a ilusão de um capitalismo reformado, justo e inclusivo, no qual se teria equidade (e não propriamente superação de desigualdades). Já o segundo grupo – que apresenta a utopia do ideal “revolucionário-socialista” – vislumbra uma universidade radicalmente transformadora da sociedade e das desigualdades, no interior de uma racionalidade não mercantil, isto é, no seu limite, para além do capitalismo.

Deve-se registrar, ainda, que nos discursos coletados, os entrevistados pareciam não somente responder ao pesquisador, sobre as contradições e aspectos positivos e negativos da expansão e interiorização, mas, mais que isso, responder a tal questão tendo em vista o que o “outro”, aqui referido como oponente, diria em contrapartida, cabendo, portanto, breve exposição das opiniões que um grupo tem do outro.

O primeiro grupo tem uma visão de certa forma pejorativa do Sindicato, não considera problemática a forma política e a “pequena política”, e nem tampouco faz críticas ao discurso renovado de uma racionalidade instrumental reeditada sob contexto distinto, particularmente o discurso que tanto se espalha em editais das agências de fomento (CAPES; CNPq; Fundações) e de financiamento (BNDES) e documentos oficiais mais diversos: o discurso da Ciência, Tecnologia & Inovação. Para esses sujeitos, o discurso da Ciência, Tecnologia & Inovação coloca-se nem à esquerda nem à direita, mas como mais à frente, em prol do Brasil e acima das ideologias.

O segundo grupo toma o Sindicato como instituição que representa seus interesses de classe, sem que se revelem críticas às suas possíveis distorções corporativas ou às contradições de suas práticas e de sua “pequena política” específica. Apresentam-se fiéis ao pensamento de esquerda e à luta por um projeto societário distinto do vigente, e, contrariamente ao primeiro grupo, considera que, na “pequena política” do jogo de poder na instituição UFF, perdura o patrimonialismo, os favorecimentos e intrigas, e criticam duramente a forma política mercantil, que se expressaria, no seu entender, no discurso da universidade empreendedora e nas políticas de ciência e tecnologia que, equivocadamente, seriam tomadas por seus oponentes como salvacionistas das desigualdades e atrasos socioeconômicos.

III.2 - Análise das entrevistas da Fase 2: entre criação, adoecimento e refração

Com as 16 entrevistas da Fase 2 da pesquisa objetivou-se compreender a história de vida e trajetória acadêmico-científica dos professores, e as repercussões da expansão e interiorização da UFF, sob a mediação da racionalidade instrumental, no seu trabalho, saúde e subjetividade. Elas foram, em geral, longas e significativas, seja do ponto de vista dos nossos propósitos, seja do ponto de vista dos sujeitos discursivos, ser social professor cuja subjetividade é forjada na sociabilidade produtiva predominante.

É digno de nota que, enquanto os sujeitos discursivos das primeiras entrevistas (Fase 1) alegavam que, antes de responder às questões institucionais, se fazia necessário falar sobre suas singularidades, para que o interlocutor melhor os compreendesse em seus argumentos, os da segunda fase da pesquisa, ao serem

questionados sobre suas singularidades e histórias de vida, diziam ser necessário considerar as dimensões institucionais, sociais, culturais e formativas de pertença. Reforçaram, assim, nossas convicções teóricas originais sobre a indissociabilidade entre sociabilidade e subjetividade, ou ainda, de que se tratava de sujeitos desajustados por um lado, com suas idiosincrasias, personalidades, dinâmicas familiares de origem e atuais, mas que, além disto, se faziam ou se (re)produziam enquanto sujeitos desajustados na condição de sujeitos históricos e políticos, e, portanto, nas suas inserções em instituições mais amplas que a família, sobretudo, por meio da prática social mediadora de todas as práticas sociais, o trabalho (LUKÁCS, 2010).

Algumas entrevistas permitiram melhor evidenciar aspectos da subjetividade relacionados aos nexos trabalho, saúde e/ou adoecimento, ao passo que outras melhor evidenciaram tais aspectos com base nos nexos trabalho e ação político-social. Não obstante, trata-se de dimensões indissociáveis, ou seja, as dimensões da personalidade, dos valores, da ética, da *práxis* (social, política) são pertencentes ao ser sócio-histórico concreto e global. Não existem separadamente, pois as dimensões ético-afetiva e ético-política são constituídas de forma dialética, histórica e biográfica, e fazem parte substancial dos processos de saúde-doença dos professores, assim como das intrincadas relações entre sofrimento e prazer, reconhecimento e não-reconhecimento no trabalho, ou ainda, do interjogo entre identidades socialmente atribuídas e identidades subjetivamente apropriadas.

Em síntese, os projetos de vida, mediados pela trajetória ao mesmo tempo ética, afetiva, política, biográfica e institucional, têm como horizonte de possibilidades o trabalho, no caso, as práticas universitárias, notadamente atravessadas pela alienação forjada pela racionalidade produtiva e instrumental, mas, de outra parte, indissociada da força política do estranhamento e das possibilidades mobilizadas pelo sofrimento/prazer.

As entrevistas desta fase também foram exemplares na exposição de valores e ideais de transformação social, apresentadas como o *primum movens* das escolhas profissionais, teóricas, universitárias dos depoentes. Verificou-se que tais escolhas, quando renegadas ou impedidas na objetividade das práticas e trabalho, constituem-se em fonte de estranhamento com variadas repercussões, desde sofrimento, estresse, outros sintomas psicossomáticos, podendo chegar ao adoecimento. Neste último caso – o do estranhamento que se desdobra em adoecimento –, pôde-se observar outros aspectos recorrentes ao adoecimento, como a condição socioeconômica, restrições de apoio social e/ou familiar, aspectos da personalidade, ou ainda a presença de elementos patogênicos de trajetórias de trabalhos anteriores à da UFF.

De modo geral, nas entrevistas da Fase 2 da pesquisa pôde-se constatar que os projetos de vida são mediados pelas trajetórias de vida e trabalho e envolvem as dimensões da ética, da afetividade e da política, e o entrelaçar biográfico e institucional. São projetos cujo horizonte de possibilidades e limitações é o do trabalho e das práticas universitárias concretas, notadamente atravessadas pela alienação forjada pela racionalidade produtiva e instrumental, mas que também contemplam a força política do estranhamento e das possibilidades criadoras mobilizadas pelo sofrimento/prazer. Em síntese, verificou-se, mesmo que pontual-

mente: algumas formas criativas e singulares de se lidar com as adversidades; adoecimento, remetendo os sujeitos a uma ação política um tanto esmaecida; e mecanismos de refração, qual seja, mecanismos que não redundavam em adoecimento evidente, mas que envolviam conflitos (mais ou menos conscientes; ou, mais ou menos ocultados por processos defensivos), contradições e variados graus de sofrimento, ou mesmo estresse. Estes mecanismos podem ser adjetivados como apenas relativa ou temporariamente “bem sucedidos”, e caracterizam-se como processos psicossociais de desvios de orientações ou direções originais (relacionadas às opções ético-política e ético-afetiva). São forjados pela sociabilidade produtiva e pela indução ao individualismo, mas convivem, lado a lado, sem gerar aparentemente “curto-circuitos”, com práticas micropolíticas de resistência.

IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa apontou para a pertinência de se compreender o ser social professor como sujeito histórico, político e desejante, cuja subjetividade, ou subjetividades, comportam distintas configurações de processos de estranhamento, sofrimento e saúde-doença, no interior de uma instituição que se expande e se interioriza sob a hegemonia da razão instrumental e da “pequena política”.

Assim, para apreender os sentidos e significados do trabalho do professor reitera-se a necessidade de se considerar os nexos entre instituições, política, sociabilidade e subjetividade, indicando-se como pertinentes a esse tipo de investigação, a análise, dentre outros, dos seguintes aspectos: o sofrimento e prazer no trabalho; as adesões ou não à sociabilidade produtiva; a construção de *habitus* ou disposições interiorizadas mais ou menos condizentes ao *ethos* da universidade reconfigurada; os distintos graus de envolvimento com a instituição e o trabalho em suas múltiplas demandas (extensão; ensino; pesquisa; administração); as (im)possibilidades e (i) mobilidades das subversões criativas (con)formadas por distintas estratégias e permeadas por conflitos e defesas dos professores diante da sobrecarga de trabalho; e as dimensões sublimatórias e/ou patogênicas do trabalho do professor.

Para se abordar, por exemplo, os conteúdos e discursos relacionados aos aspectos etiológicos de casos de estresse e/ou adoecimento na universidade pesquisada, fez-se necessário considerar tanto as mediações sociais e institucionais, com foco na questão da política e do uso de termos como democracia e inclusão (investigadas particularmente nas entrevistas da Fase 1), como os aspectos da história de vida (escolarização; *habitus*; socialização). Estes últimos, que foram abordados e identificados nas entrevistas da Fase 2, evidenciaram conflitos e contradições entre os valores e os aspectos ético-políticos dos professores (construídos e reconstruídos no processo histórico e nas suas trajetórias pessoais e acadêmicas) e as práticas acadêmicas reconfiguradas. A subjetividade e a identidade subjetivamente apropriada dos docentes, frente às características da gestão e organização do trabalho, predominantemente heterônomas e instrumental-produtivistas – indissociadas da macro categoria política e do campo econômico e de seu processo de desenvolvimento desigual e combinado – sofrem impactos geradores de estranhamento e sofrimento, de modo que, apesar da inevitável possibilidade de se mobilizar

subversões criativas, cisões são forjadas, ou o que se denominou neste texto de “subjetividades refratárias” ou desviantes de sua direção original. Nestas pode vir a se desenvolver um adoecer tão surdo quanto insidioso.

O desenvolvimento e a expansão do campo científico, por seu turno, refletem e sofrem influências do campo político, e do próprio campo científico e seus atores, cujas identidades são tanto socialmente atribuídas como subjetivamente apropriadas. Como aponta a literatura da economia política de extração marxista, a dimensão desigual e combinada do desenvolvimento do campo econômico e da reprodução global das relações sociais de produção ocorre por meio de processos contraditórios de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, nos quais se objetiva a (re)produção do capital excedente (HARVEY, 1992, 2012). Essas contradições relacionam-se a uma condensação de temporalidades históricas, na qual o novo refuncionaliza e se refuncionaliza no arcaico, reeditando, sob novos marcos (políticos, econômicos, culturais, institucionais e subjetivos), o padrão de capitalismo dependente e subdesenvolvido no qual a instituição universitária está mergulhada (FERNANDES, 1979, 2009).

A intrincada relação dos campos considerada na pesquisa reflete-se nos modos históricos de sociabilidade, acentuando sua dimensão produtiva e mercantil. Os rebates nas subjetividades, conquanto dimensão singular e indissociada da sociabilidade, são inevitáveis, e, muitas vezes, patogênicos. Verificou-se, ao longo da pesquisa, que se instauram novas patologias e dinâmicas de adoecimento que tem como uma de suas características o não-reconhecimento da dimensão real, criativa, subversiva e sublimatória do trabalho vivo e real (DEJOURS, 1993, 2004a, 2004b), no mesmo compasso em que se instaura a “quantofrenia”, conforme definição de Gaulejac (2007). Segundo este autor, quantofrenia é a “patologia que consiste em querer traduzir sistematicamente os fenômenos sociais e humanos em linguagem matemática” (GAULEJAC, 2007, p. 94), em total contradição com a atenção à subjetividade. A quantofrenia solapa a subjetividade, mas a título de promover o indivíduo, que forja uma pseudo-ética do trabalho. Fundamentalmente calcada no não-reconhecimento do trabalho real, na produção desenfreada da “corrida para o sempre mais”, nas “violências inocentes”, no “sucesso” como “valor pervertido” (GAULEJAC, 2007, p. 161-176). Enfim, a quantofrenia dificulta, enormemente, as possibilidades que Dejours (2004a; 2004b) aponta de transformação do sofrimento em prazer.

Observou-se, não obstante, que a saúde, em diversas situações, parecia se sustentar mesmo diante de fatores patogênicos produzidos no cotidiano organizacional e institucional, como é o caso da preservação de alguns processos criativos que não se eliminam. Verificou-se, ainda, a existência de outros casos mais bem sucedidos de mobilização frente ao estranhamento das práticas universitária, com base nas relações afetivas estabelecidas com grupos e/ou alunos; ou em condições pessoais, familiares e de personalidade *sui generis* e favoráveis. A assunção ativa e não meramente passiva do que é geralmente imposto também pode ser uma dimensão preservadora da saúde em contextos adversos ou de muita demanda de trabalho. Por fim, deve-se fazer menção à outra reação micropolítica

parcialmente bem sucedida, e que de alguma forma ia além da individualidade deste ou daquele professor: a dos movimentos sindicais e reivindicativos materializados naquele momento numa greve em curso.

Pode-se considerar que, para além de uma subjetividade heterônomamente atribuída e apropriada, ou, alienada e explorada no mundo do trabalho, se coloca o estranhamento e a produção do sofrimento que, de alguma forma, mobilizam, com base em propriedades do ser social e de alternativas à causalidade posta, uma “pulsão política da subjetividade”, que a impulsiona a embates não homogêneos ou unidirecionais. A subjetividade, unidade histórica contraditória, que expressa a totalidade de um coletivo igualmente histórico e contraditório, se constitui, se reproduz e se transforma no interior de uma realidade histórica e concreta da existência e desenvolvimento do ser social, seja no cotidiano, seja no trabalho, este notadamente inscrito nos constrangimentos do institucional e de suas distintas formas de gestão.

As formas históricas de relações sociais (sociabilidade) são, assim, inevitavelmente permeadas por contradições e tensões que se relacionam à alienação, ao estranhamento e sofrimento no trabalho. No trabalho, o par histórico, contraditório e indissociável, sociabilidade-subjetividade, se inscreve num complexo categorial que envolve objetividades e causalidades postas, possibilidades, alternativas, necessidades, intencionalidades, alienação, estranhamento e átimos de suspensão da vida cotidiana alienada (LUKÁCS, 2009; 2010).

Pode-se considerar que na universidade, tal como em outras organizações, são constituídos processos de instrumentalização da subjetividade. O que significa considerar a existência de limites à mobilização do ser social ativo a partir do estranhamento e sofrimento. Particularmente, a inflação da política de metas e a competitividade em ampla escala que se tornam comuns e naturalizadas no cotidiano organizacional geram estranhamento e sofrimento em muitos. Funcionam como impedimentos, ainda que não eternos nem tampouco absolutos, ao dever do ser social (LUKÁCS, 2010, p. 101-102). Como argumenta este autor, o desenvolvimento da humanidade e do ser social não foram historicamente configurados em um beco sem saída, mas isto não implica desconsiderar entraves diante dos quais a ação decisiva é quase que impedida. Estas circunstâncias se relacionam a determinações que são inevitáveis, ainda que não sejam imutáveis.

A consideração aos limites das ações e possibilidades alternativas, e do papel que uma singularidade e uma determinada dinâmica psíquica pode ter sobre a maior ou menor autonomia/heteronomia do ser social no trabalho faz-se necessária, para que a força da pulsão subjetiva e do homem como sujeito de sua própria história não seja indevidamente hipostasiada de forma idealista ou idealizada.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elementos diversos e contraditórios (con)formam subjetividades e sociabilidades no intrincado jogo entre identidades socialmente atribuídas e identidades subjetivamente apropriadas. Ao se considerar o sujeito social, histórico, político e desejante, temos que levar em conta, portanto, as dimensões da personalidade,

dos valores e preceitos éticos construídos e sempre reconstruídos nos mais diversos processos de socialização, notadamente no trabalho, protoforma das demais práticas sociais, incluindo as políticas e as educacionais.

Subjetividade e sociabilidade não existem separadamente uma da outra, nem das diversas dimensões e mediações que as constituem. No caso da pesquisa desenvolvida, somente se pode dizer que em alguns discursos dos entrevistados, umas e outras foram mais ou menos evidenciadas. Como se registrou, as dimensões mediadoras ético-afetiva e ético-política são constituídas de forma dialética, histórica e biográfica, e fazem parte substancial dos processos de saúde-doença dos professores, assim como das intrincadas relações entre sofrimento e prazer, reconhecimento e não-reconhecimento no trabalho, ou ainda, do interjogo entre identidades socialmente atribuídas e identidades subjetivamente apropriadas.

Assim, as distintas configurações subjetivas e do par consciente-inconsciente podem ser relacionados a distintos perfis de sujeito político, subjetividades mais ou menos forjadas, mas sempre forjadas, ativas e reativas, que somente alcançariam maior potencial transformador em uma condição institucional na qual o coletivo não estivesse tão comprometido, tal como na universidade reconfigurada.

Se o tema da pesquisa aqui considerado clamou por aportes da Psicologia (Psicossociologia; Psicodinâmica do Trabalho), demandou, por outra parte, uma forte articulação com algumas proposições teóricas de linhagem marxista, particularmente com Lukács, possivelmente o marxista que melhor desenvolveu a questão da subjetividade ou o papel da subjetividade na sociabilidade e no desenvolvimento do ser social. As relações entre estranhamento, sofrimento e mobilização da subjetividade requerem considerações a este conjunto teórico que, a despeito de suas diferenças, só nos possibilita, por meio de interpolações interpolantes entre seus conceitos específicos, o aprofundamento do tema “Trabalho & Subjetividade”.

Nosso argumento central na análise do trabalho, saúde e subjetividade do professor da UFF, é, seguindo as indicações de Lukács, o da existência de uma indissociabilidade entre subjetividade e sociabilidade, ao mesmo tempo em que se aponta para uma irredutibilidade não-reduzida da subjetividade à sociabilidade. De acordo com Lukács (2010), partimos do pressuposto de que a subjetividade é fator de suma importância na constituição e desenvolvimento do ser social, sendo o trabalho a atividade (histórica, prática e social) mediadora fundamental deste processo. Mediação fundamental, que, não obstante, se entrelaça a outras, a saber: as mediações sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais, institucionais, organizacionais e grupais de uma sociabilidade histórica, contraditória e sempre em movimento.

Autores como Gaulejac e Bourdieu enfatizam o impedimento das possibilidades do agir alternativo do ser social e histórico, sujeito da decisão enredado na sociabilidade produtiva e nos ciclos de alienação e estranhamento (LUKÁCS, 2010). Assim, com base nas proposições destes autores, e de nosso material de pesquisa, pôde-se considerar que, para além do estranhamento, ou mesmo por

ele mobilizado, podem se constituir recusas mais ou menos efetivas, ou mais ou menos nocivas e/ou favoráveis, à saúde e às relações de trabalho permeadas pela competitividade e por valores pragmáticos ou instrumentais.

No tocante ao adoecimento de fato presente - e, portanto, para além do estresse e dos mecanismos de refração nos quais estão postos, sob potência surda e insidiosa, o adoecimento - verificou-se a prevalência dos problemas de cunho afetivo, depressivo e de humor, inevitavelmente perpassados pela dimensão ético-política e das suas (im)possibilidades de concretização, num contexto no qual, segundo expressão de um dos sujeitos da pesquisa, se engendra um “infeliz encontro” entre as condições de trabalho (intensificado e sobreposto), desfavoráveis senão patogênicas, e as disposições pré-existentes, mais ou menos desenvolvidas, conforme biografias e trajetórias laborais.

Enfim, no jogo intrincado de uma subjetividade não-reduzida e irreduzível, indissociável de formas históricas de relações sociais autônomas e heterônomas, do inconsciente capturado, ou, contrariamente, pulsante/não capturável, do imaginário enganoso e do imaginário criativo, florescem devires distintos, reificações estranhadas e generidade, sempre em movimento, sem nunca haver uma síntese final, sendo o processo histórico expressão e motor deste constante devir, irreversível, e, assim, impossível de ser engessado em uma palavra final.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu – sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-46.

DEJOURS, C. *Pour une clinique de la médiation entre psychanalyse et politique: la psychodynamique du travail*. Paris: Bayard, 1993.

DEJOURS, C. O trabalho como enigma. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. (Org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004a. p. 127-140.

DEJOURS, C. Sofrimento e prazer no trabalho: a abordagem pela psicopatologia do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. (Org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004b. p. 141-156.

FERNANDES, F. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

GAULEJAC, V. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. *Trabalho*. Tradução de Ivo Tonet. Disponível em: <http://sergiolessa.com/Novaartigos_etallil.html>. Acesso em: 13 out. 2009.

LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MANCEBO, D.; LEDA, D. B. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. *Educação e Realidade*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 49-64, jul. 2009.

MANCEBO, D. Trabalho docente na pós-graduação. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano XXI, n. 48, p. 76-83, jul. 2011.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JÚNIOR, J. R. et al. *Os significados do trabalho do professor pesquisador na universidade estatal pública mercantilizada*. São Paulo, set. 2011. Relatório de pesquisa apresentado à FAPESP.

Recebido em: 16 de dezembro de 2013

Aceito em: 21 de maio de 2014